



ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

Estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil

MARTINS, Luís Emanuel

Licenciatura em Sociologia

Universidade do Algarve

morcão@hotmail.com

Resumo

Nesta comunicação apresentam-se os resultados de um estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil. Na investigação procedeu-se à elaboração e aplicação de um questionário, recorrendo-se a uma amostra por quotas, dividida em três categorias: os emigrantes dos PALOP e Brasil, os emigrantes dos Países de Leste e os emigrantes da Europa Ocidental.

Após a análise dos resultados, concluiu-se que estas três categorias de emigrantes se distinguem pelos contrastes e continuidades que aduzem face ao conjunto da população portuguesa. Se exceptuarmos o traço comum que é a concentração geográfica na freguesia de Almancil, os três grupos diferenciam-se por múltiplas características, quer ao nível da composição social, estrutura etária e sexual, localização residencial, escolaridade, composição socioprofissional, quer ao nível dos traços culturais quer das relações de sociabilidade ou da língua. As realidades vistas apoiam e reforçam a necessidade de se variar as perspectivas de análise sociológica que contribuam para o conhecimento da população estrangeira residente em Almancil e na região do Algarve.

Palavras-chave: Migrações, residentes, estatuto legal, população estrangeira.





Sempre tivemos minorias estrangeiras entre nós, mas nunca com a expressão e as características da presente migração. Vêm de vários continentes, pertencem a várias raças e etnias, são portadores das mais diversas culturas, professam diferentes convicções religiosas, falam uma vasta pluralidade de línguas. Este fluxo migratório passou de um fenómeno episódico, quase imperceptível, a um fluxo notório e marcante da nossa vivência colectiva, dotando a sociedade portuguesa de uma multiculturalidade que não conhecíamos no passado.

No Algarve, nas últimas três décadas, operou-se uma enorme transformação estrutural. A região algarvia passou de região deprimida, isolada e distante, com uma qualidade de vida baixa, para uma das regiões mais desenvolvidas do país, onde as oportunidades e a qualidade de vida ofertadas concorreram para que se tornasse na região mais atraente em termos demográficos.

A população estrangeira, com estatuto legal, residente no Algarve, sofreu um crescimento contínuo e exponencial, representando uma extensa manta de retalhos, matizada pelas mais diversas cores, tornando-se num fenómeno incontornável. A população estrangeira a residir na região algarvia é bastante heterogénea, abarcando os cinco continentes. O concelho de Loulé (13570), em 2005, segundo dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), era o que tinha o maior número de cidadãos estrangeiros a residir, seguindo-se os concelhos de Albufeira (9907) e Portimão (8745).

Este texto dá conta de um estudo onde se pretendeu conhecer as características da população estrangeira, com estatuto legal, a residir na freguesia de Almancil. A freguesia de Almancil pertence ao Concelho de Loulé, tem uma área total de 63,4 quilómetros quadrados, tinha uma densidade populacional de 138,62 habitantes por quilómetro quadrado e uma população residente de 8 799 habitantes.

O boom turístico que se verificou no Algarve, entre os anos 60 e 80 também atingiu a freguesia que, servindo-se do património natural, como o mar, os sapais, os arvoredos, transformou-se numa prestigiada estância de férias, conhecida e reconhecida mundialmente.

Com o crescimento da indústria turística, Almancil assumiu um papel relevante no concelho de Loulé, sendo das onze freguesias que o compõem a terceira mais populosa, citada por ser aglutinadora de muitas gentes. Lidera, juntamente com Quarteira, Albufeira, Portimão e Sé de Faro, o grupo de freguesias que, em toda a região algarvia, evidenciavam o maior e mais regular índice de crescimento.

Não é exagero afirmar “que nos últimos vinte anos a freguesia de Almancil se destacou, não apenas como uma das mais preferidas por estrangeiros, mas sobretudo pela singular particularidade de ter acolhido no seu seio um significativo número de pessoas, oriundas de mais de metade dos actuais trezentos e oito municípios existentes no país” [Norte, 2005:31].

Sede de empreendimentos turísticos de renome internacional, depressa mereceu a atenção de muitos europeus, tendo vindo a assumir-se como um pólo de desenvolvimento económico e social e, simultaneamente, de atracção de populações vindas de todo o país e do estrangeiro. Almancil tem o privilégio de ser a “pátria” de muitos estrangeiros que, na sua abrangência cosmopolita, nomeadamente nas suas áreas de luxo, fazem desta terra a mais europeia das freguesias do concelho.

Segundo o SEF, em 2005, existiam cerca de 3 916 cidadãos de nacionalidade estrangeira, com estatuto legal, residente em Almancil. No que diz respeito às nacionalidades, a Grã-Bretanha, com 799 indivíduos era a mais representada, seguindo a Roménia com 681; Cabo Verde com 626 e Ucrânia com 583.

Comparando o total da população estrangeira residente, com o total da estimativa população total a residir na freguesia de Almancil, no ano de 2005, verificamos que a população estrangeira representava 41,8% dentro do total da população residente em Almancil.

O enorme peso da população estrangeira supõe ser uma consequência de “a população residente com nacionalidade estrangeira se distribuir principalmente pelos concelhos com maior população total, onde se encontram maiores possibilidades de emprego, infra-estruturas” [Carreira et al, 2003: 52].



A nossa investigação teve como objectivo realizar a caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil.

Com efeito, e de forma a alcançar esse objectivo, o nosso modelo de análise contemplou quatro dimensões de análise consideradas fundamentais para a caracterização da população estrangeira residente em Almancil: a demográfica, o percurso migratório, a inserção social¹ e a caracterização socioprofissional.

Na análise da dimensão demográfica da população estrangeira, residente na freguesia, tivemos em atenção a componente individual, com o intento de saber a idade, sexo, estado civil, nacionalidade e formação académica.

Todavia, para uma melhor percepção do objecto de estudo interessava, pois conhecer a dimensão migratória da população estrangeira, privilegiando a componente individual (ano de chegada ao país e à freguesia, trajectória migratória, como chegou ao país e à freguesia, contactos no país, tipo de apoio recebido, motivações migratórias).

Pretendida a Europa como espaço de liberdade, segurança e justiça, seriam naturais as preocupações, relativamente à inserção social da população estrangeira, tendo em conta a componente linguística (conhecimentos adquiridos de língua portuguesa, língua utilizada em casa, no trabalho, na comunidade); a componente familiar (com quem vive, número de filhos com idade escolar, frequência escolar dos filhos); a componente habitacional (situação habitacional e tipo de habitação); a componente legal (estatuto legal, duração média da permanência na freguesia, local de residência, tipo de título de residência e duração do título de residência); a componente individual (motivações porque residem na freguesia, como decorreu o processo de adaptação, quais as dificuldades de adaptação, hábitos alimentares); e, a componente comunitária (relacionamentos, participação associativa/recreativa/desportiva, aspectos culturais e porque escolheu viver em Almancil).

O forte peso explicativo que a situação no mercado de trabalho tem nos diversos aspectos da vida social, económica e política do indivíduo mereceu, um aprofundamento distinto. Na dimensão socioprofissional, consideramos a situação no emprego (situação perante o trabalho, vínculo contratual, sector de actividade, salário); o rendimento (principal fonte de rendimento, actividades secundárias); a mobilidade profissional (profissão no país de origem, actual profissão); e, o modo de empregabilidade (como se inseriu no mercado de trabalho). Estes indicadores permitiram traçar um quadro da forma de inserção, destes residentes, no mercado de trabalho algarvio, aprofundando-se assim o conhecimento das características da população estrangeira residente em Almancil.

Relativamente à nossa população existia uma grande ausência de informação empírica e dado que pretendíamos saber quem eram e quais eram as características dos estrangeiros residentes, com estatuto legal, residentes em Almancil, o nosso estudo foi exploratório-descritivo.

No entanto, as dificuldades do sistema estatístico oficial e a vulnerabilidade legal de muitos estrangeiros residentes em Almancil, impediram que se tivesse um conhecimento detalhado da população estrangeira residente na freguesia, muito embora as informações disponíveis nos permitissem afirmar que a população estrangeira residente na freguesia de Almancil era das mais elevadas na região algarvia.

Optamos, por privilegiar no estudo uma única fonte (SEF) e estando em causa um só ano, o ano de 2005, os resultados obtidos basearam-se em actos administrativos. Os dados, referem, assim, as nacionalidades dos estrangeiros, com maior representatividade, que se encontravam em Almancil em situação regular perante a lei.

Escolhemos o questionário, como técnica privilegiada de recolha de dados, no terreno. O questionário foi concebido e desenvolvido a partir de um modelo analítico que contemplava quatro dimensões de análise, consideradas fundamentais, para a caracterização da população estrangeira residente em Almancil, a saber: a demográfica, o percurso migratório, a inserção social e a caracterização socioprofissional. O questionário estava dividido em cinco partes: na primeira, fez-se a caracterização individual, abrangendo a



dimensão demográfica e a componente individual; na segunda, abordou-se o agregado familiar do inquirido, abrangendo a dimensão da inserção social e, as componentes habitacional e familiar; na terceira, questionava-se o processo de entrada em Portugal, abrangendo a dimensão do percurso migratório (componente individual), e a dimensão da inserção social (componente legal); na quarta parte, fez-se a caracterização socioprofissional, abrangendo as componentes referentes à situação no emprego, rendimento, mobilidade e modo de empregabilidade; na quinta indagou-se sobre a inserção social do entrevistado, tendo em conta as componentes individual, linguística, legal e comunitária. No total o questionário era composto por 48 questões. De referir ainda, que o questionário para os inquiridos dos Países da Europa Ocidental foi traduzido e aplicado na língua inglesa.

Em todo “o processo de investigação científica torna-se necessário dispor de procedimentos empíricos controlados. Esses procedimentos permitem, através da busca de diferentes situações, analisar as manifestações uniformes e as variações significativas do fenómeno que se pretende investigar” [Pais, 2003: 83]. Assim, ao pretendermos conhecer as características da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil, categorizou-se três tipos diferentes de categorias descritas pelo facto, de em cada uma delas, se poderem encontrar indivíduos com origem predominante numa dada parte de planeta. Deste modo, uma primeira categoria foi escolhida por abranger indivíduos provenientes dos PALOP e Brasil; uma segunda por englobar indivíduos oriundos dos Países de Leste; finalmente, uma terceira por abarcar indivíduos de países pertencentes à Europa Ocidental.

Na selecção dessas categorias utilizamos indicadores objectivos e mais subjectivos. No primeiro caso, identificamos e localizamos áreas geograficamente diferenciadas e fisicamente delimitáveis (os países); no segundo caso, demarcamos a língua de origem e a história política, ou seja, o facto de falarem ou não a língua portuguesa e, pertencerem a espaços políticos, historicamente, diferenciados.

O universo ou população que pretendíamos estudar eram os 3916 cidadãos estrangeiros a residir na freguesia de Almancil.

Atendendo à criação dos grupos anteriormente citados, da categoria dos PALOP e Brasil residiam, em 2005, 1004 indivíduos, da categoria da Europa Ocidental residiam 1271 indivíduos e, da categoria dos Países de Leste residiam 1433 indivíduos

Devido às limitações ao nível do tempo e dos recursos necessários para recolher e analisar os dados para cada um dos casos do universo ou população, utilizamos um método de amostragem não-casual.

Como pretendíamos obter uma amostra, o mais aproximada possível do universo, relativamente aos critérios definidos, seleccionamos o método de amostragem por quotas.

Tendo em conta a dimensão do universo foi decidido que a fracção da amostragem seria constituída por, pelo menos, 294 casos. Portanto, seleccionamos uma amostra não-aleatória, garantindo proporção idêntica a cada categoria.

O trabalho de campo foi desenvolvido, entre os meses de Julho e Novembro de 2007. Apesar de muitos dos questionários terem sido aplicados pelo autor do estudo, a maioria foi efectuada com a ajuda de elementos preponderantes das várias comunidades (presidentes de associações, trabalhadores de bares, cafés, cabeleireiros, directores da escola internacional e primária de Almancil), aproveitando-se associações, estabelecimentos escolares e locais de lazer, como bares, cafés e festas, como locais privilegiados para encontrar a população em estudo.

As principais conclusões, retiradas neste estudo foram:

1. Caracterização demográfica dos inquiridos

A maioria dos indivíduos inquiridos era oriunda da categoria dos Países de Leste (38,5%), seguindo-se a categoria da Europa Ocidental (34,4%), finalizando com os 27,1% da categoria dos PALOP e Brasil. A



categoria mais idosa era a da Europa Ocidental, com uma média de idades a rondar os 53 anos e, a mais jovem era a categoria do leste europeu com, uma média, de 33 anos. Grã-Bretanha, Cabo Verde e Roménia foram as nacionalidades mais representadas, em cada uma das categorias.

A maioria dos estrangeiros inquiridos, era do sexo masculino (51,8%), tanto na categoria dos Países de Leste (55,7%), como na categoria dos PALOP e Brasil (55,6%). Este resultado, na opinião de Ferreira et al (2005) caracteriza os resultados migratórios no início. Geralmente um elemento da família, toma a decisão de migrar, sendo geralmente, o elemento masculino, aquele que parte, indo à frente, com a intenção de prospectar as condições de acolhimento. O elemento feminino, fica tomando conta do resto do agregado familiar, esperando pelas notícias do elemento que partiu.

Porém, a grande percentagem de indivíduos do sexo feminino (44,4% na categoria dos PALOP e Brasil e 44,3% na categoria dos Países de Leste) era sintomático de um efeito generalizado do reagrupamento familiar. Portugal fomenta políticas de favorecimento à integração dos imigrantes no nosso país, não só devido ao débil equilíbrio do sistema de pensões nacional, como pelas baixas taxas de fecundidade portuguesas.

Atente-se na preponderância dos elementos femininos na categoria da Europa Ocidental. Segundo Covas (2005), os especialistas das migrações afirmam que os movimentos populacionais de curta distância são, na maioria, constituída por mulheres, ou seja, existe uma preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância.

A análise dos grupos etários levou-nos a constatar que existiam diferenças e traços próprios em cada uma das categorias, merecedoras de referência.

A população inquirida tinha uma distribuição muito igualitária entre os grupos etários 26-30 anos e os 41-45 anos (em torno de 14% e 17,7%). Caracterizavam-se por serem indivíduos em idade activa. Na categoria dos PALOP e Brasil essa distribuição era ainda mais evidente (entre os 18,5% e 24,7%). Porém, na categoria dos Países de Leste a concentração era nos grupos etários 26-30 anos e 31-35 anos (em redor dos 21,7% e 29,6%), eram mais jovens que os da categoria do PALOP e Brasil. Ou seja, são os jovens, tal como Keely (2000) defendia, aqueles com maior incentivo para migrar. Por outro lado, o facto de serem indivíduos em idade activa, indicia que foram coagidos a tomar decisões. Nos modelos de atracção-repulsão, a falta de trabalho, as más condições de vida, os baixos salários, no país de origem, são factores de repulsão. Por outro lado, procuram, no país de destino, resumidamente, mais bem-estar. É de salientar que na categoria da Europa Ocidental havia uma enorme concentração no grupo etário dos indivíduos com mais de 56 anos (39,8%), ou seja, das pessoas que se encontram com idade de reforma. Provavelmente haverá outras motivações para este grupo de migrantes. O facto de Alancil beneficiar de um clima acentuadamente mediterrânico, com Invernos suaves e Verões pouco agressivos, reduzida pluviosidade, fraca amplitude térmica e muita luminosidade, torna-o num espaço agradável para se viver ou passar as férias.

A maioria dos sujeitos (64,2%) era casada. Esta constatação era evidenciada em todas as categorias. Olhando mais cuidadosamente, notava-se que 18 eram divorciados. Na teorização sociológica das migrações, alguns autores, na opinião de Ferreira et al [2005: 23] “associam o aumento da probabilidade de migrar em encruzilhadas decorrentes de etapas do ciclo de vida em que é necessário tomar decisões sobre caminhos alternativos (final da escolaridade e início da vida activa, mudanças de emprego/despedimentos, divórcios, morte de parentes, etc.)”. Eventualmente, o divórcio poderá ter sido um facto importante para a tomada de decisão de migrar.

No que diz respeito às habilitações literárias, a maioria da população inquirida possuía os 12 anos de escolaridade (28,4%) ou os 9 anos de escolaridade (19,7%). Todavia, as diferenças entre as categorias eram incontestáveis. Enquanto, a categoria da Europa Ocidental, poderia ser considerada qualificada (51,5%)², a categoria dos PALOP e Brasil contém 12,9% de indivíduos que não sabem ler e escrever ou que



sabem ler e escrever, mas não frequentaram a escola. Saliente-se ainda os 6,2% de pessoas que detinham um curso superior/licenciatura na categoria dos PALOP e Brasil.

Salientes, são também as qualificações académicas da categoria dos Países de Leste (57,4%)³. O perfil educativo dos estrangeiros inquiridos permitiu diferenciar três grupos de estrangeiros: um formado por indivíduos qualificados ou mesmo altamente qualificados (categoria da Europa Ocidental), outro constituído por indivíduos com níveis de qualificação médios (categoria dos Países de Leste) e, finalmente, um estabelecido por níveis de qualificação baixos (categoria dos PALOP e Brasil). A questão da educação, é muito importante, pois tal como Chiswick (2000) defende, um nível superior de qualificações e capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, inserção e de contribuição activa para a sociedade de acolhimento.

2. Caracterização do percurso migratório dos inquiridos

Relativamente, ao ano de chegada ao país, verificou-se que a maioria dos inquiridos, entrou em Portugal, a partir do ano de 2000. A categoria dos Países de Leste começou a chegar a partir de 1998, sendo os anos de 2001 (19,1%) e 2002 (17,4%), os pontos altos de chegadas. A partir do ano de 2005, verificou-se a diminuição do número de entradas de indivíduos do leste europeu. No processo extraordinário que decorreu entre 2001 e 2002, a população de estrangeiros legalmente residentes em Portugal sofreu um aumento de cerca de 100%, emergindo uma grande entrada (ou reconhecimento oficial da entrada) de imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste, com especial predomínio para os naturais da Ucrânia, Rússia e Moldávia, facto que poderá explicar estes registos.

Por outro lado, a categoria dos PALOP e Brasil, em análise, tem tido vários picos. O primeiro pico aconteceu antes de 1990. O segundo pico ocorreu entre 1996 e 2005. Nos últimos anos tem-se notado um decréscimo de entradas dos oriundos desta “comunidade”. No fim da década de 70 e durante grande parte da década de 80 observou-se uma imigração de raiz laboral, claramente de carácter internacional, vinda dos países africanos de língua portuguesa, coincidente com um fluxo crescente, de cidadãos brasileiros.

Na opinião de Pires (2002), o regime legal das autorizações de permanência, que entrou em vigor em 2001, veio dar evidência a um conjunto de mudanças na imigração, entre as quais se destaca o rápido desenvolvimento de um novo fluxo da Europa de Leste e a aceleração do oriundo Brasil.

A categoria da Europa Ocidental era a mais antiga. Porém, observava-se que o grande boom de chegadas, relativamente à amostra inquirida, aconteceu após o ano de 2000. Na opinião de Covas (2005: 255) “há já alguns anos Portugal, e, sobretudo o Algarve, figuram na rota dos destinos preferidos de muitos cidadãos oriundos dos países da União Europeia. Esta tendência tem vindo a crescer sistematicamente. Cresceu de tal forma, que já é considerável o número dos que decidiram construir o seu projecto de vida em Portugal e, com especial preferência pelo Algarve, estabelecendo aí a sua residência”.

Estas variações, de acordo com Pires (2002) são indicadoras de diferentes tipos de migrações: imigração laboral e imigração profissional. No primeiro caso, temos os oriundos das categorias dos PALOP e Brasil e Países de Leste, dadores de mão-de-obra barata para os sectores da construção civil, entre outros. No segundo caso, temos a categoria da Europa Ocidental, donde provêm os técnicos e empresários.

Constatou-se que 86,3% dos inquiridos, residentes em Almancil veio do seu país directamente para Portugal. Esta trajetória migratória é análoga a todas as categorias.

Contudo, a fixação em Almancil não era tão linear. Assim, apenas 69,2% do total dos inquiridos residentes vieram directamente para a freguesia. A categoria dos Países de Leste (79,1%) era a que apresentava uma menor mobilidade migratória. Contrariamente, a categoria dos PALOP e Brasil (45,7%) demonstrava uma maior mobilidade migratória.

Mais de 60% dos inquiridos, chegou a Portugal como turista.



Embora uma grande parte dos cidadãos estrangeiros fosse casada e tivesse filhos, grande parte dos indivíduos das categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste chegou a Portugal sozinho ou com os amigos. Na categoria dos Países de Leste havia mais referências a ter vindo com amigos do que a ter vindo com o cônjuge, filhos ou outros familiares. Castles (2000) pensa que os fluxos iniciais tendem a despoletar de acordo com um factor exógeno, como o serviço militar, ou por movimentos pioneiros (normalmente associados a jovens). Depois, os padrões de deslocação repetem-se, com a ajuda de quem já se encontra nos países de destino (papel das redes sociais).

Neste particular, categoria da Europa Ocidental denotava opostamente a chegada do grupo familiar completo em maior número.

Quanto aos contactos já existentes, por parte da amostra, verificou-se que 81,3% tinha pessoas conhecidas a residir em Portugal. Nas categorias da Europa Ocidental (81,8%) e dos Países de Leste (73,4%) os conhecimentos no país, abonavam-se no grupo dos amigos. Contrariamente a categoria dos PALOP e Brasil tinham mais familiares a residir no país.

Na primeira fase do processo migratório são extraordinariamente marcantes as demonstrações de solidariedade de grupo, uma vez que o primeiro problema com o qual o migrante é confrontado diz respeito à questão do “acolhimento”. As categorias dos PALOP e Brasil (81,5%) e dos Países de Leste (78,3%) beneficiaram de algum apoio à chegada, principalmente a nível: habitacional (PALOP e Brasil, 48,5%; Leste, 38,3%) alimentar (PALOP e Brasil, 26,9%; Leste, 21,2%); financeiro (PALOP e Brasil, 20,8%; Leste, 32,7%) e, foram apoiados por familiares ou por amigos, que já residiam no país, embora neste último caso se enquadrem mais os oriundos dos PALOP e Brasil do que os oriundos do Leste. Brettel e Hollifield (2000), Massey et al. (1993), pensam que as redes sociais são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países de origem e de destino dos migrantes. Bach e Schraml (1989) advogam a importância das redes sociais nas migrações, sobretudo os relacionamentos familiares. Castles (2000) associa o apoio na procura de alojamento e trabalho, e resolução de procedimentos burocráticos e assuntos pessoais.

Os motivos que levam um indivíduo a sair do seu país de origem são, de uma forma geral, causas financeiras – que, na sua maioria, estão relacionadas com o aspecto familiar. Observou-se que são razões financeiras que os levaram a vir para Portugal (54,9%). Dentro destas, destacaram-se as relacionadas com as más condições económicas (42,4%) e com situações de desemprego (12,5%), sustentadas pelas categorias dos PALOP e Brasil (58,6%) e dos Países de Leste (96,6%).

Contudo, a escolha de Portugal poderá estar principalmente relacionada com o facto de os inquiridos terem familiares e amigos a residir em Portugal. A abordagem teórica apoiada na perspectiva dos modelos de atracção-repulsão que tende a abordar, sobretudo, o conjunto de questões referentes aos factores que motivam os actores individualmente ajuda-nos a explicar as motivações migratórias dos indivíduos da categoria da Europa Ocidental.

Conforme conclui Covas (2005), os estrangeiros comunitários ao escolherem vir para o Algarve e decidirem ficar nesta região, seguramente fizeram uma análise de custo-benefício que lhes permitiu aliar a sua solidez económica com a maximização de outros factores, fazendo uma avaliação das vantagens comparativas em relação a muitos factores.

O clima foi dos que mais influenciou na escolha do Algarve como local de destino, sendo considerado o aspecto mais atractivo e positivo para a maioria dos inquiridos, desencadeando “outras vantagens comparativas, por facilitar, também, a adaptação ao meio ambiente e às condições de vida na região” [Covas, 2005: 263].

3. Caracterização da inserção social dos inquiridos

Na opinião de Baganha et al (2004) a aquisição de um conjunto de competências sociais e culturais é um factor determinante na integração social dos migrantes na sociedade de acolhimento. Destacamos as



competências linguísticas, “dado que permitem criar e manter formas de relacionamento com a população autóctone e a aquisição de informações sobre oportunidades existentes nas diversas esferas sociais (oportunidades culturais, económicas, etc.)” [Baganha et al, 2004: 106].

Antes de procedermos à apresentação comparativa dos resultados das respostas relativas aos conhecimentos adquiridos de língua portuguesa, importa referir que os contextos linguísticos iniciais dos indivíduos das categorias da Europa Ocidental e dos Países de Leste se diferenciavam significativamente dos indivíduos da categoria dos PALOP e Brasil. Nestes a migração ocorre dentro de um domínio linguístico semelhante, enquanto nos outros a migração implica o contacto com o que Bommes e Maas (2005) apelidam de «territórios linguísticos» estruturalmente diferentes. Seria, assim, de supor que os conhecimentos da língua portuguesa fossem mais diminutos.

Sendo a migração de Leste muito recente, foi interessante verificar que uma minoria referiu não ter qualquer conhecimento (1,7%), havendo quase 60% dos inquiridos que afirmou falar, escrever e ler na língua portuguesa.

Curiosamente, na categoria da Europa Ocidental era maior o número de indivíduos que apenas percebia ou não tinha nenhum conhecimento de língua portuguesa (44,6%), do que aquele que afirmava falar, escrever e ler, no idioma de Camões (38,8%).

Para Baganha et al (2004) a boa competência linguística dos migrantes do Leste Europeu contribui, para conseguirem obter um emprego sem o recurso à rede de amigos, familiares e conhecidos da mesma nacionalidade.

Relevante, o facto de a maioria dos inquiridos haver respondido que aprendeu português no contacto com a população portuguesa. Contudo, 31,0% de inquiridos da categoria da Europa Ocidental teve aulas para aprender a língua lusa.

Em casa ou fora de casa e no encontro com os seus compatriotas era na língua materna que, a maioria dos inquiridos, sem excepção, se exprimiam e comunicavam entre si.

Constatamos que a maioria dos inquiridos residia na freguesia acompanhada dos filhos (34,8%) e mulher (41,8%). Assim, as categorias denotaram tendência para o reagrupamento familiar, embora este ocorresse de forma diferente.

Enquanto na categoria dos PALOP e Brasil, numa primeira fase assistiu-se sobretudo à vinda isolada (55,3%) ou com outros familiares, na categoria dos Países de Leste, 38,2% iniciou o processo migratório sozinho, 16,3% vindo com outros familiares e 14,6% com amigos.

Associando a caracterização etária dos inquiridos ao facto da maioria ser casado, ou ter sido casada, não era surpreendente que a grande maioria tivesse filhos.

Por outro lado, 47,5% dos inquiridos tinham filhos a estudar em Portugal, com agregados familiares que iam até aos três filhos. A categoria dos PALOP e Brasil era aquela que apresentava maior percentagem de filhos (53,1%) a estudar, em Portugal.

A maioria (81,7%) estudava na escola portuguesa, sendo apenas 38,1%, filhos de inquiridos da categoria da Europa Ocidental. Notou-se que 61,9% dos inquiridos da comunidade da Europa Ocidental tinham os filhos a estudar na escola internacional. Os gaps salariais, entre as categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste e, a categoria da Europa Ocidental, vislumbrou-se, pela capacidade desta, conseguir suportar os custos educativos dos educandos numa escola privada.

Eram diversas as formas de alojamento da população estrangeira, embora a maioria vivesse em vivenda ou moradia (55,2%) ou apartamento (38,8%). No que diz respeito ao regime de propriedade constatou-se que cabia à categoria da Europa Ocidental o maior número de habitações próprias (93,2%), habitando, as restantes categorias, essencialmente, em habitações alugadas.



O regime de propriedade do alojamento traduz de forma directa o tipo de migração em termos de permanência. De facto, neste caso era a categoria da Europa Ocidental que apresentava um maior número de habitações próprias simbolizando, assim, o seu carácter de permanência prolongada ou definitiva. É claro que o tipo de regime de propriedade pode ser também um indicador directo das condições económicas dos imigrantes.

A maioria dos inquiridos permanecia, ao longo do ano, em média, 12 meses na freguesia, possuindo, na maioria dos casos, título de residência permanente. Porém, a categoria dos Países de Leste era aquela, que possuía mais títulos de residência temporária (73,9%).

A maioria dos títulos de residência foi adquirida após o ano de 2006. Após, o processo de legalização extraordinário, realizado entre 2000 e 2001.

Houve grandes discrepâncias nas razões invocadas para residir em Almancil. Para a categoria do PALOP e Brasil, maioritariamente, por ter os seus familiares (53,1%). Por seu lado, a categoria dos Países de Leste, oscilou, entre os familiares (22,6%) e, ser fácil arranjar trabalho (34,8%). A categoria da Europa Ocidental fundamenta a sua escolha por Almancil ser uma zona calma (34,0%) ou, por gostar do local (38,8%).

O processo de adaptação a Portugal foi, para mais de 70% dos inquiridos fácil ou muito fácil. A categoria dos Países de Leste foi aquela que apresentou maiores dificuldades de adaptação (36,5%). No modelo de adaptação, está subjacente um processo de diferenciação social, onde o processo de ajustamento dos imigrantes deriva de um conjunto de variáveis composicionais, ou seja, de características demográficas características sociais e características económicas.

A língua (33,5%), foi a principal dificuldade, relativamente à inserção, mencionada pela grande maioria dos inquiridos, seguindo-se as queixas sobre os serviços públicos portugueses (19,4%) e, as dificuldades em encontrar trabalho (16,2%). De forma mais pormenorizada, a categoria da Europa Ocidental focou a língua (54,9%) e serviços públicos (28,9%), a categoria dos Países de Leste, a língua (35,0%) e nas dificuldades em encontrar trabalho (22,9%).

Era comum a todas as categorias, relacionarem-se com outros indivíduos da mesma origem. Segundo Portes e Böröcz (1989) e Keely (2000) na teoria das redes sociais, as pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos, reduzem os custos e os riscos da migração e, são uma fonte de informações importante para a tomada de decisão, tornando o processo mais seguro e ajudando a que as migrações, uma vez iniciadas, se auto-sustentem, alimentadas por lobbies de apoio aos fluxos migratórios.

De uma forma geral, os indivíduos referiram que não participavam de forma activa na vida comunitária (68,9%). Mas, a categoria dos PALOP e Brasil assumiu uma boa participação associativa (52,0%), contrariamente aos inquiridos do leste europeu (24,0%). Os inquiridos da categoria europeia ocidental, participavam activamente na vida comunitária. Faziam, frequentemente, parte de associações (46,5%), grupos desportivos (39,5%), e, participavam em actividades culturais (53,5%). Transversal a todas as categorias o facto de não terem problemas de relacionamento com a população portuguesa e almansilense e, terem uma opinião razoável dos serviços públicos portugueses.

Todas as comunidades de migrantes em estudo afirmaram, maioritariamente, conservar a sua própria cultura e ao mesmo tempo adaptar-se à portuguesa. Ao não entrar em confronto com a cultura do país de acolhimento, mostrando mesmo interesse na assimilação dos seus valores, demonstraram a sua intencionalidade em se integrar na nova sociedade, ou seja, estas categorias não hostilizavam a cultura portuguesa. Segundo Rocha-Trindade (1995), em teoria, o processo de assimilação inicia-se por uma competição institucionalizada pelos recursos (emprego, habitação, espaço) acabando depois, pela adaptação e pela adopção de elementos de ordem social e cultural (língua, costumes, valores, alimentação).



Não podemos deixar de evidenciar a importância para os almansilenses e algarvios no geral, deste contacto intercultural. A presença de comunidades com hábitos, conhecimentos e tradições diferentes dos nossos, vão, na realidade, servir para fortalecer a nossa cultura e enriquecê-la a todos os níveis, tornando a nossa região, embora de pequenas dimensões, grande na diversidade cultural.

Quando questionados sobre se voltariam a escolher Portugal, como local de residência, a maioria, respondeu que voltaria a escolher. Porém, atente-se, houve elevado número de indivíduos indecisos ou que responderam que não voltariam a fazer essa escolha, nomeadamente a inquirida do leste europeu.

4. Caracterização socioprofissional dos inquiridos

A grande maioria dos inquiridos encontrava-se inserida no mercado de trabalho. Eisenstadt (1954) e Esser (1980) defendem que a integração económica dos migrantes na sociedade de acolhimento é geralmente vista como uma forma instrumental de integração destinada a satisfazer as necessidades básicas.

A principal fonte de rendimento da população estrangeira era o salário. Saliente-se o elevado número de inquiridos com pensão ou reforma (35,9%), pertencentes à categoria da Europa Ocidental.

Em relação ao vínculo contratual, salienta-se haver, um nível significativo de inquiridos com contrato de trabalho a termo certo, em todas as categorias. De notar e atendendo à sensibilidade do investigador para a área do turismo que existiam contratos a termo certo para a época alta, pelo que se questionou se estes valores não seriam influenciados por esta situação. As modalidades mais débeis de vínculo contratual eram preenchidas essencialmente por pessoas oriundas das categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste. Este resultado só dificilmente constituiu uma surpresa, já que todos os estudos sobre a imigração e as comunidades étnicas em Portugal levados a cabo na última década apontam para os mesmos indícios. Este é um dos tipos de integração que favorece a economia informal.

No que concerne aos modos de integração dos estrangeiros activos no mercado de trabalho português, este estudo mostrou a dicotomia básica entre profissionais altamente qualificados e trabalhadores não qualificados. Da distribuição da amostra pelo sector de actividade foi possível observar que as categorias dos PALOP e Brasil (45,6%) e dos Países de Leste (44,9%) se concentravam na construção civil. Por outro lado, a categoria da Europa Ocidental reunia-se, em redor, dos serviços (48,1%). Piore (1979) refere que, a determinada altura no processo de desenvolvimento das economias, os trabalhadores migrantes tendem a preencher empregos na base da pirâmide da hierarquia social, que os trabalhadores locais recusam preencher, pela falta de estatuto social.

Organizando as suas profissões na altura do inquérito, observou-se, que as funções que as categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste exerciam eram na maioria pertencentes a sectores de actividade com menos qualificações (construção civil, restauração e hotelaria e pessoal dos serviços de protecção, pessoais e domésticos).

A primeira descrição era válida, essencialmente, para os imigrantes do sexo masculino. Relativamente às mulheres, a grande maioria da mão-de-obra migrante feminina inseria-se mais facilmente em empresas de serviços (limpezas urbanas e domésticas) e em restaurantes e hotéis (empregadas de mesa). Uma vez estabelecidas as primeiras vagas de imigrantes em subsectores como o da construção civil, o efeito das comunidades começa a operar, dando origem a uma progressiva etnicização de determinados segmentos do mercado de trabalho.

Contudo, a profissão que os cidadãos inquiridos oriundos das categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste, desempenhavam no seu país de origem, às vezes, não correspondia às habilitações académicas que possuíam, o que indicava uma situação de crise socioeconómica no país de origem. Verificamos que a maioria dos indivíduos com actividade na categoria da Europa Ocidental, trabalhava por conta própria (57,4%) ou por conta de outrem (42,6%). Estes valores iam de encontro às principais actividades profissionais indicadas, de direcção e gestão de empresas e de profissões liberais. A expansão de



restaurantes, a presença crescente do franchising e de cadeias comerciais nacionais e internacionais e a etnicização de determinados ramos do comércio retalhista e grossista, criaram múltiplas oportunidades de emprego para os estrangeiros nessas áreas. Para Baganha et al (1999) isto sucedeu por via das redes associadas aos negócios étnicos ou das cadeias de comércio a retalho, onde o recrutamento de activos é largamente impessoal, incluindo todo o tipo de trabalhadores, e não apenas aqueles associados à rede das relações entre famílias e amigos.

Relativamente aos salários, as discrepâncias eram significativas, entre as categorias. Enquanto nas categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste variavam entre os 403 euros e os 950 euros mensais, a maioria da categoria da Europa Ocidental auferia mais de 1500 euros mensais. É um facto que na maioria dos casos o imigrante é aceite para desempenhar lugares vagos não preenchidos pelo cidadão nacional. A falta de interesse por serviços mal remunerados e efectuados, geralmente, em más condições e sem as medidas de segurança mínimas, é a maior justificação para a recusa desses empregos pelos nacionais, mesmo numa altura em que a taxa de desemprego não se encontra nos seus níveis mais baixos. Para além disso, as comunidades de imigrantes constitui uma mão-de-obra humilde, pouco reivindicativa, e com uma grande predisposição para o trabalho, contribuiu para tornar essa mão-de-obra, aos olhos dos empregadores, muito atractiva.

Todos estes sectores de actividade onde os trabalhadores imigrantes marcam a sua presença tem uma particularidade comum – trabalho duro em troca de salários baixos. Esta é pelo menos a ideia que ficamos, corroborada pelos resultados do nosso inquérito.

As modalidades de obtenção de emprego, permitem, de uma forma maioritária, diferenciar entre formas informais de acesso ao emprego, assentes em redes sociais, e modalidades de acesso mais formais, processadas através de contactos que ocorrem fora das redes sociais, nomeadamente, através de anúncios.

Os inquiridos das categorias dos PALOP e Brasil apoiaram-se, maioritariamente, nas redes de sociabilidade informais para a obtenção do seu emprego. Tratava-se, sobretudo, de redes constituídas por membros da mesma comunidade nacional (familiares e/ou amigos) e, minoritariamente, por contactos com portugueses. Registe-se, o número de indivíduos da categoria dos Países de Leste (10,7%) que obtiveram emprego através da resposta a um anúncio. Esta maior independência está relacionada com o crescente domínio da língua portuguesa, para além de ser indicativo quer de uma crescente integração na sociedade portuguesa, quer da diminuição da relevância da comunidade imigrante para vincular informações e contactos necessários à integração do imigrante no mercado de trabalho.

Este estudo revelou contornos da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil. Demonstrou particularidades diferenciadas, pois o universo inquirido possui, por um lado, cidadãos que conhecem e gozam dos direitos de liberdade de circulação e estabelecimento dentro do espaço comunitário e, por outro lado, indivíduos procedentes de zonas bem afastadas do espaço europeu.

Por outro lado, foi difícil enquadrar a “comunidade” da Europa Ocidental nas teorias disponíveis das migrações internacionais. O perfil da população estudada, tanto do ponto de vista cultural, profissional como económico, com muita dificuldade se encaixa numa matriz clássica do «migrante tipo». As realidades encontradas apoiam e fortalecem a indispensabilidade de se variar as perspectivas que auxiliem a saber as características da população estrangeira residente, em Almancil, em particular e, no Algarve, em geral.

Se exceptuarmos o traço comum que é a concentração geográfica na freguesia de Almancil, as três categorias diferenciam-se por múltiplas características, quer ao nível da composição social — estrutura etária e sexual, localização residencial, escolaridade, composição socioprofissional — quer ao nível de traços culturais como a orientação da sociabilidade ou a língua.

Temos, assim, uma população muito heterogénea cujos futuros na sociedade portuguesa se desenham, conseqüentemente, de modo desigual. Enquanto dos europeus ocidentais se pode dizer que se encontram



maioritariamente bem integrados, os migrantes laborais e muitos dos seus descendentes vivem situações maior vulnerabilidade.

Os migrantes concorrem fortemente para o processo de internacionalização das regiões onde se fixam, estimulando o desenvolvimento de relações económicas, sociais e culturais com os territórios de origem e com outros destinos onde existam indivíduos pertencentes à mesma comunidade nacional ou étnica. Por outro lado, criam novas oportunidades de negócio, promovendo o comércio internacional e o turismo e contribuindo, directa e indirectamente, para a criação de emprego, através do empresarialismo étnico e do aumento do consumo

Uma sociedade que apoia a inclusão dos migrantes cria um clima auspicioso para que possam dar um contributo maior para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde se fixam. Para além das vantagens imediatas, ao nível da revitalização demográfica de Alentejo e do Algarve, no plano económico, podemos destacar quatro vectores de intervenção decisivos para que os imigrantes e a sociedade de acolhimento possam “ganhar” com as migrações: reconhecimento de habilitações escolares e profissionais; promoção da aprendizagem da língua e da cultura portuguesa; concessão de incentivos à promoção do auto-emprego e à criação de empresas e promoção da fixação nas regiões onde trabalham, através de incentivos ao reagrupamento familiar.

O estudo permite-nos aconselhar que para efeitos da produtividade e para facultar condições de vida mais qualificadas aos estrangeiros residentes, deveria o Estado difundir o apoio ao ensino da língua portuguesa. Seguramente que muitos problemas conducentes a tensões sociais seriam, deste modo, afastados ou resolvidos de forma mais rápida e eficiente, como se tem verificado nas relações com os originários de países de língua oficial portuguesa.

Bibliografia

BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2004) “Novas imigrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69, Outubro, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 95-115.

BOMMES, Michael e MAAS, Utz (2005) “Interdisciplinarity in migration research: on the relation between sociology and linguistics”, em BOOMES, Michael e MORAWSKA, Ewa (orgs.) *International migration research: constructions, omissions and the promises of interdisciplinarity*, Ashgate, Aldershot.

BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (2000) “Migration Theory – Talking across Disciplines: Introduction”, em BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (ed.) *Migration Theory – Talking across Disciplines*, Londres, Routledge.

CARREIRA, Teresa; COVAS, Maria Mercês; SEQUEIRA, Bernardete (2003) Projecto “ERA”: Estrangeiros residentes no Algarve (Relatório Final, não publicado), Faro: CIDER/UAIG.

CASTLES, Stephen (2000) “International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century: Global Trends and Issues”, UNESCO, *International Social Sciences Journal*, no. 165, pp. 269-281.

CHISWICK, Barry (2000) Are Immigrants Favourably Self-Selected?, em BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (ed.) *Migration Theory – Talking across Disciplines*, Londres, Routledge.

COVAS, Maria Mercês (2005) Algarve: de destino turístico a região de preferência migratória de cidadãos da União Europeia, em Actas do I Congresso Internacional – Imigração em Portugal e na União Europeia, P. Varzim, AGIR, pp. 255-268.

EISENSTADT, Shmuel Noah (1954) *The absorption of immigrants*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

ESSER, Hartmut (1980) *Aspekte der Wanderungssoziologie. Assimilation und integration von Wanderern, ethnischen Gruppen und Minderheiten*, Darmstadt, Luchterhand.



FERREIRA Eduardo de Sousa, RATO Helena e MORTÁGUA, Maria João (2005) *Novos caminhos da Europa – A imigração de Leste*, Oeiras, Celta Editora.

KEELY, Charles (2000) *Demography and International Migration*, em BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (ed.) *Migration Theory – Talking across Disciplines*, Londres, Routledge.

NORTE, Cristóvão Guerreiro (2005) *Almancil – Monografia e memórias*, Almancil, Associação Empresarial de Almancil.

MASSEY, Douglas, ARANGO, Joaquin, HUGO, Graeme, KOUAOUCI, Ali, PELLEGRINO, Adela, TAYLOR, Edward (1993) *Theories of International Migration: A Review and Appraisal*, em *Population and Development Review*, no. 19, pp. 431- 466.

PAIS, José Machado (2003) *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª edição.

PIORE, Michael (1979) *Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.

PIRES, Rui Pena (2002) *Mudanças na imigração – uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001*, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 39, Oeiras, Celta Editora, pp. 151-166.

PORTES, Alejandro e BÖRÖCZ, József (1989) “Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation”, em COHEN, Robin (ed.) *Theories of Migration*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

Notas de Rodapé ¹

¹ Devido às dificuldades de lidar com todas as conotações associadas ao termo “integração”, contornamos a situação, optando, por uma solução, que Pires [2003: 3] designa por “finta terminológica [que se traduz] na substituição do termo «integração» pelo termo «incorporação» (ou outros semelhantes)”, nomeadamente o de inserção.

² Com o curso médio/politécnico (37,9%), pós-graduação (5,8%), mestrado (4,9%) e doutoramento (2,9%).

³ Com 12 anos de escolaridade (36,5%) e curso médio/politécnico (20,9%).